



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

## ATA DE REUNIÃO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO COMITÊ

**Nome:** Comitê Gestor Regional para Implantação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição  
**Coordenador:** Desembargadora Ivete Ribeiro

### 2. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

**Data:** 22/02/2016      **Hora:** 17h às 19h  
**Local:** Sala de audiências da 22ª Vara do Trabalho do Fórum Ruy Barbosa  
**Tipo de reunião:** nona reunião ordinária do Comitê  
**Objetivo:** discussão de temas de interesse do Comitê

### 3. PARTICIPANTES

Nome	Lotação
Desembargadora Ivete Ribeiro	4ª Turma
Juiz Samir Soubhia	22ª Vara do Trabalho de São Paulo
Juiz Leonardo Grizagoridis da Silva	83ª Vara do Trabalho de São Paulo
Eduardo Eloi Correa Rodrigues	22ª Vara do Trabalho de São Paulo
Dennis Henrique Takenaka	16ª Vara do Trabalho da Zona Sul de São Paulo
Tarcísio Ferreira	SINTRAJUD
Bruno Motta de Andrade	NGEP
Daniela Vilaça Castagna	NGEP

### 4. PAUTA

Auxílio fixo

### 5. DISCUSSÕES

A Desembargadora Ivete iniciou a reunião entregando as atas do Comitê aos representantes do NGEP, solicitando publicação das mesmas no Diário Oficial. A Coordenadora do Comitê comentou também que irá conversar com a Diretora da Secretaria de Comunicação para avaliar qual o meio será utilizado para publicação do relatório de atividades.

Em seguida, relatou sua participação na comissão de discussões de ajuste orçamentário e as possíveis medidas que serão adotadas. Externou o posicionamento do Comitê, solicitando que as medidas que tenham impacto direto na primeira instância sejam previamente informadas para possibilitar uma discussão.

Sobre o auxílio fixo, a Desembargadora Ivete pontuou que haverá reunião na próxima semana. Acredita que, possivelmente, esse assunto não será abordado na pauta do Tribunal Pleno. O Juiz Samir sugeriu que um magistrado de primeiro grau participasse dessa reunião, uma vez que essa matéria diz respeito à primeira Instância. O Juiz Leonardo informou que em oportunidade anterior solicitou isso à Presidente, o que foi indeferido em razão do Comitê ser representado pela Desembargadora Ivete. Após discussão pelos membros, definiu-se que o Comitê irá solicitar ao Pleno a participação do Juiz Samir para expor o posicionamento do Comitê no lugar da Desembargadora Ivete. A Coordenadora informou que a AMATRA teve solicitação negada para participar dessa discussão. O Juiz Leonardo fez um levantamento dos impactos nas Varas, que na maioria apresentaram melhorias, salvo algumas exceções. Levantou dois pontos para questionamento na reunião: 1) gestão da designação dos magistrados; e 2) problemas com marcação de férias por alguns juízes. Expôs que a maior preocupação é o retrocesso para a Instituição no caso do cancelamento do auxílio fixo, e que as “exceções não devem se sobrepor à regra”. Relatou que a Corregedoria apurou melhorias na produtividade das Varas, com exceção da comarca de Santos. Destacou que o auxílio fixo em Santos não está em vigor por tempo suficiente para tirar conclusões, necessitando de análises caso a caso. A Desembargadora Ivete acrescentou que espera que seja formada uma comissão com outros juízes para discussão do assunto, com



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

participação de representantes deste Comitê. Eloi opinou que, no geral, vê apenas vantagens no auxílio fixo, e que os problemas pontuais sejam analisados caso a caso. O Juiz Samir opinou que a Corregedoria deveria estabelecer parâmetros mínimos para que uma vara tenha auxílio fixo. Eloi destacou a discrepância entre o volume de trabalho dos Gabinetes e das Varas, o que não está refletido na quantidade de pessoas lotadas em cada setor. O Juiz Samir destacou que a Secretaria de Turma reflete isso ainda melhor. Eloi exemplificou que poderia haver ações alternativas no caso de eliminação do auxílio fixo, como aumento no número de assistentes do juiz titular, ao que o Juiz Leonardo opinou que esse exemplo não encontraria respaldo na RESOLUÇÃO n 63/2010 do CSJT, o que dificultaria a implementação. A Desembargadora Ivete ponderou que, após a obtenção das informações solicitadas ao Tribunal, o Comitê deve requerer a formação de uma Comissão para análise desse assunto, na qual também deverá atuar através de representantes.

Em seguida, a Desembargadora Ivete informou que na quinta-feira pretende mencionar, em reunião com o Conselheiro do CNJ, a atuação do Comitê e as dificuldades enfrentadas.

Por fim, informou que irá agendar reuniões com a Corregedora e Dra Doralice, e pediu participação da maioria dos membros deste Comitê.

**6. ENCAMINHAMENTOS**

Ação/medida a ser tomada	Responsável	Data
Entregar relatório de atividades	Leonardo e Eloi	23/02
Partilhar as informações recebidas / Marcar reuniões com Corregedoria e Dra Doralice	Ivete	

**7. FECHAMENTO**

Data, hora e local da próxima reunião: a ser agendada oportunamente.

**8. ASSINATURAS**

Nome	Assinatura
Desembargadora Ivete Ribeiro	
Juiz Samir Soubhia	
Juiz Leonardo Grizagoridis da Silva	
Eduardo Eloi Correa Rodrigues	
Dennis Henrique Takenaka	
Tarcísio Ferreira	